



1º Simulado

Pós-Edital

TJ PI

**Analista Judiciário - Analista Judicial e Oficial
de Justiça e Avaliador**

Simulado Especial

Simulado TJ PI – Analista Judiciário e Oficial de Justiça e Avaliador – Pós edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ PI;
- 2 – A prova contém **100 itens** que abordam conhecimentos cobrados no conteúdo programático;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TJ-PI-07-08>

01 - ABCDE	21 - ABCDE	41 - ABCDE	61 - ABCDE	81 - ABCDE
02 - ABCDE	22 - ABCDE	42 - ABCDE	62 - ABCDE	82 - ABCDE
03 - ABCDE	23 - ABCDE	43 - ABCDE	63 - ABCDE	83 - ABCDE
04 - ABCDE	24 - ABCDE	44 - ABCDE	64 - ABCDE	84 - ABCDE
05 - ABCDE	25 - ABCDE	45 - ABCDE	65 - ABCDE	85 - ABCDE
06 - ABCDE	26 - ABCDE	46 - ABCDE	66 - ABCDE	86 - ABCDE
07 - ABCDE	27 - ABCDE	47 - ABCDE	67 - ABCDE	87 - ABCDE
08 - ABCDE	28 - ABCDE	48 - ABCDE	68 - ABCDE	88 - ABCDE
09 - ABCDE	29 - ABCDE	49 - ABCDE	69 - ABCDE	89 - ABCDE
10 - ABCDE	30 - ABCDE	50 - ABCDE	70 - ABCDE	90 - ABCDE
11 - ABCDE	31 - ABCDE	51 - ABCDE	71 - ABCDE	91 - ABCDE
12 - ABCDE	32 - ABCDE	52 - ABCDE	72 - ABCDE	92 - ABCDE
13 - ABCDE	33 - ABCDE	53 - ABCDE	73 - ABCDE	93 - ABCDE
14 - ABCDE	34 - ABCDE	54 - ABCDE	74 - ABCDE	94 - ABCDE
15 - ABCDE	35 - ABCDE	55 - ABCDE	75 - ABCDE	95 - ABCDE
16 - ABCDE	36 - ABCDE	56 - ABCDE	76 - ABCDE	96 - ABCDE
17 - ABCDE	37 - ABCDE	57 - ABCDE	77 - ABCDE	97 - ABCDE
18 - ABCDE	38 - ABCDE	58 - ABCDE	78 - ABCDE	98 - ABCDE
19 - ABCDE	39 - ABCDE	59 - ABCDE	79 - ABCDE	99 - ABCDE
20 - ABCDE	40 - ABCDE	60 - ABCDE	80 - ABCDE	100 - ABCDE

CONHECIMENTOS GERAIS**PORTUGUÊS**

Luiz Felipe

TEXTO I**Observatório do Clima propõe redução de 81% em emissões de gases de efeito estufa até 2030**

A nova Contribuição Nacional Determinada (NDC, na sigla em inglês) do Brasil para o Acordo do Clima de Paris, que será divulgada esse ano, deveria se comprometer a reduzir as emissões líquidas em 81% até 2030 em relação aos níveis de 2005. Essa é a proposta apresentada pelo Observatório do Clima, rede de 56 organizações da sociedade civil.

Segundo o Observatório do Clima, isso significaria chegar ao fim da próxima década emitindo, no máximo, 400 milhões de toneladas de gases de efeito estufa. Atualmente, a emissão líquida do Brasil é de cerca de 1,6 bilhão de toneladas de gases – o país é o sexto maior emissor de gases do planeta.

“Fizemos uma proposta para o país, apontando o caminho do que é necessário e possível fazer pelo clima com justiça, equidade e sem sacrifício. Uma proposta que nos colocaria no lugar que devemos estar; liderando a agenda de meio ambiente globalmente. Queremos afirmar que os brasileiros levam o Acordo de Paris a sério”, disse Marcio Astrini, secretário-executivo do Observatório do Clima.

A proposta representa um significativo aumento de ambição em relação à meta indicativa para a nova NDC do Brasil – 43% de redução até 2030, ou 1,2 bilhão de toneladas. Esse valor adicional é necessário para tornar a meta compatível com a [limitação do aquecimento global a 1,5°C](#).

Além da meta de redução de emissões, o Observatório do Clima também propõe que o Brasil adote uma série de políticas públicas que facilitam o cumprimento do compromisso, entre elas: eliminar o desmatamento em todos os seus biomas até 2030; restaurar 14 milhões de hectares em áreas de reserva legal e áreas de preservação permanente entre 2021 e 2030; atingir pelo menos 106 Gigawatts de capacidade instalada de energia elétrica de fontes solar, eólica e biomassa em 2030; eliminar os subsídios a combustíveis fósseis até 2030; eliminar a entrada em circulação de novos veículos de transporte urbano de passageiros movidos por motor a diesel até 2030; assegurar o desvio de pelo menos 8,1% de todos os resíduos orgânicos de aterros sanitários do país até 2030; reciclar pelo menos 12,5% de todo o papel oriundo de resíduos domiciliares até 2030; e erradicar todos os lixões do país até 2024.

Esta é a segunda proposta de NDC apresentada pelo Observatório do Clima. Em 2015, a rede elaborou a primeira NDC da sociedade civil no mundo, que recomendava que o Brasil adotasse uma meta absoluta de redução que levasse

o país a um teto de emissões de gases estufa de 1 bilhão de toneladas.

“Assim como fizemos em 2015, estamos colocando a barra da ambição do Brasil. Isso é necessário e urgente, porque o mundo está entrando num novo normal em termos de combate a emissões. Vários países já sinalizam que vão zerar suas emissões líquidas em 2050. O aumento de ambição das metas climáticas está se tornando uma precondição para competir no cenário global neste século, e o Brasil, se continuar parado, corre o risco de jogar fora mais uma oportunidade histórica de se desenvolver e ao mesmo tempo dar segurança à sua população”, disse Tasso Azevedo, coordenador técnico do Observatório do Clima.

(G1. Disponível em <https://g1.globo.com/natureza/aquecimento-global/noticia/2020/12/07/rede-de-entidades-propoe-reducao-de-81percent-em-emissoes-de-gases-de-efeito-estufa-ate-2030.ghtml>. Adaptado.)

01. O texto informa a respeito da adoção de políticas públicas que desfavoreçam o aquecimento global. Das informações veiculadas no texto, depreende-se que:

- o ano de 2030 é o limite estipulado no Acordo do Clima de Paris para zerar a emissão de gases de efeito estufa.
- o investimento em energia limpa, iniciativas de reciclagem e o tratamento adequado do lixo são frentes importantes para o cumprimento do compromisso firmado com a agenda internacional do meio ambiente.
- fica estabelecido o limite de 106 Gigawatts de capacidade provenientes de fontes alternativas de energia até 2030.
- nenhum incentivo fiscal é dado para a produção de combustíveis fósseis atualmente.
- a reciclagem de 12,5% do lixo de origem domiciliar e a redução dos lixões são metas a serem alcançadas até 2024.

02. O texto, em relação à sua tipologia textual, classifica-se eminentemente como

- dissertativo
- descritivo
- narrativo
- notícia
- injuntivo

03. Indique a alternativa em que o sinal grave indicativo da crase deve ser empregado na palavra destacada:

- a) A partir de hoje, todas as publicações terão de ser analisadas antecipadamente.
- b) Era difícil ir a uma comemoração distante de minha casa.
- c) Em meio a sociedade capitalista, o importante é ter ou parecer ter.
- d) Os cuidados em relação a doenças transmissíveis devem ser os mesmos.
- e) Deram ordem para que o relatório fosse entregue a mim.

04. No texto I, o vocábulo “isso” (2º parágrafo) refere-se

- a) à nova Contribuição Nacional Determinada do Brasil (1º parágrafo)
- b) à emissão líquida do Brasil (2º parágrafo)
- c) ao Acordo do Clima de Paris (1º parágrafo)
- d) a reduzir as emissões líquidas em 81% (1º parágrafo)
- e) ao fato de o país ser o sexto maior emissor de gases do planeta (2º parágrafo)

05. "O seu sorriso nos curou de todas as decepções pelas quais passamos no decorrer de nossas vidas". O excerto anterior contém um exemplo de

- a) erro de coesão referencial.
- b) linguagem conotativa.
- c) variação geográfica.
- d) erro de regência verbal.
- e) erro de coerência.

06. Em se tratando de regência, assinale a alternativa correta.

- a) As pessoas sempre lembram dos acontecimentos que marcaram uma época.
- b) O pai informou o filho de sua partida, despedindo-se carinhosamente.
- c) Aquelas crianças que conhecemos na viagem eram muito obedientes com os pais.
- d) Todos que foram na reunião sentiram-se incomodados.
- e) Uma alimentação equilibrada, com a qual as mulheres são mais propensas, previne muitas doenças.

07. A norma-padrão em sua variedade formal prevê uma organização da frase em que a observância da colocação pronominal é fundamental. A frase em que o pronome oblíquo átono está empregado corretamente, segundo as regras da colocação pronominal, é:

- a) Se lembre de que os recursos naturais não são inesgotáveis.
- b) Sempre preparamo-nos para situações em que haja compreensão mútua.
- c) Os políticos reuniram-se em Brasília para tomada de decisões importantes.
- d) Em relação ao presidente dos Estados Unidos, a mudança climática tem encorajado-o a estabelecer diálogos.
- e) A partir de agora, a economia que fundamenta-se na sustentabilidade terá mais espaço.

08. O grupo em que todas as palavras devem ser acentuadas pela mesma regra é

- a) mamífero - antropólogo - néctar
- b) raízes - bíceps - tríceps
- c) açúcar - fêmur - túnica
- d) saíam - juízes - saúde
- e) pó - até - cipó

09. Obedecem às regras ortográficas da língua portuguesa as palavras

- a) paralisação - exceção - obsessão
- b) ancioso - estresse - perturbar
- c) atualização - vexame - enchente
- d) ensopado - obsessão - decrescente
- e) seção - opinião - entertido

10. A presença ou ausência de acento gráfico nem sempre se repete quando uma palavra está no singular ou no plural. Quanto ao emprego do acento gráfico, a seguinte palavra se altera quando vai para o plural:

- a) ritmo
- b) refém
- c) sutil
- d) raiz
- e) enjoo

11. Assinale a alternativa em que o emprego da vírgula esteja correto.

- a) Nadar em alto mar, pode ser perigoso.
- b) O trabalho remoto, vem ganhando espaço, em muitas empresas.
- c) Os advogados disseram que, o processo não estava ganho.
- d) No ano, passado, as taxas de natalidade diminuiram.
- e) Há fatos que, embora muito difundidos, são alvos de dúvida.

TEXTO II - A VIOLÊNCIA, MESMO QUANDO ACONTECE ENTRE QUATRO PAREDES, ATINGE A SOCIEDADE INTEIRA

Conscientemente ou não, todos nós sentimos necessidade de deixar a nossa marca: uma vida passada em branco não empolga. Alguma coisa de nós tem que permanecer, e a feitura de filhos tem dado conta deste propósito, mas, depois de tê-los, descobrimos que filhos não são uma extensão de nós, e sim criaturas independentes. Não servem de dedicatória para o mundo.

Uma vez escrevi sobre as pichações que vemos estampadas tanto em muros baixos como em prédios altos. Há uma quantidade enorme de jovens que se arriscam para desenhar ou escrever qualquer bobagem, em lugares bem visíveis, sem se importar com a imundície e com a violação do espaço público. É a dedicatória deles: “Para a cidade, com o meu desprezo”. Grafiteiros, ao contrário, são artistas, deixam sua marca para a cidade com criatividade e brilhantismo. O pichador deixa um recado, apenas: também existo, mesmo que você não me veja nem saiba quem sou.

Tenho me perguntado a razão de a violência urbana continuar aumentando. Tráfico de drogas, pouco investimento em educação, ausência de policiamento, corrupção, famílias desestruturadas, cultura desprestigiada, ignorância. As explicações trafegam por este universo de carências e deságuam no ego: todos se sentem especiais e querem que o mundo os conheça. Há duas maneiras de existir: fazendo coisas bem-feitas ou coisas malfeitas, sendo produtivo ou sendo destrutivo, respeitando as leis ou desafiando-as. Seja qual for o caso, chamar a atenção é o objetivo.

A violência, mesmo quando acontece entre quatro paredes, mesmo quando é contra uma única pessoa, ela atinge a sociedade inteira. É, portanto, uma assinatura. Estamos vivendo com tão poucas oportunidades de realização que a brutalidade é hoje um ato desesperado para se tornar visível. E, como se sabe, é mais fácil ser ruim do que ser bom. “Foi tudo muito rápido”, dizem todos os que testemunharam uma tragédia. É rápido mesmo. A pulsão do mal é instantânea, desestabilizar não requer nenhuma sofisticação, nenhum nível de consciência, nenhum preparo. Um soco, um tiro. Tá feito.

A paz vem da sensação de termos uma identidade própria e de sermos reconhecidos por ela. Deveríamos bastar para nós mesmos, fazer aquilo que consideramos certo e justo

sem se preocupar com a opinião alheia, mas a indiferença é a pior das solidões. Queremos que os outros vejam o que sabemos fazer, e se não houver oportunidade de trabalhar, de realizar um projeto elogiável, de praticar um esporte, de fazer parte de um grupo bacana e manifestar as próprias ideias, a pessoa não ficará em casa curtindo sua invisibilidade. Ela fará o outro enxergá-la na marra, nem que seja provocando dor.

(Martha Medeiros)

12. Assinale a alternativa que apresenta a ideia global do Texto II.

- a) a criminalidade é resultado de violência doméstica.
- b) Filhos são o legado de seus pais.
- c) Ações criminosas, como a pichação, não podem ser normalizadas.
- d) A humanidade tem mais pontos em comum do que diferenças.
- e) A necessidade de ser visto é marcadamente uma característica do ser humano.

13. Analise as características textuais apresentadas abaixo.

- (1) Emprego de um vocabulário informal e de fácil compreensão
- (2) Predomínio de estratégias argumentativas em defesa de um ponto de vista.
- (3) Marcas linguísticas que revelam subjetividade.
- (4) Uso da norma culta da língua, com palavras rebuscadas e pouco acessíveis ao leitor mediano.

São características do texto II, apenas

- a) 1, 2 e 4
- b) 2 e 4
- c) 1, 2 e 3
- d) 1 e 3
- e) 3 e 4

14. No 4º parágrafo, o trecho "a brutalidade é hoje um ato desesperado para se tornar visível" expressa em relação à oração anterior uma

- a) causa
- b) consequência
- c) explicação
- d) condição
- e) comparação

15. Assinale a única alternativa em que NÃO ocorre falha de concordância.

- a) **Necessitam**-se de países dispostos a enfrentar crises que não respeitam limites territoriais.
- b) Em noticiários locais, **aborda**-se a criminalidade e a corrupção.
- c) A luta por expressões individuais **devem ser pautadas** no respeito ao próximo.
- d) O desejo de ser visto e a multiplicação de redes sociais, de acordo com o que se observa, **tem** muitos pontos em comum.
- e) Segundo os principais líderes mundiais, nunca **houve** tantas agressões ao meio ambiente relatadas como nos últimos anos.

TEXTO III



16. Em relação ao Texto III, pode-se inferir que:

- a) o personagem escreve a carta na tentativa de constranger o Papai Noel a presenteá-lo.
- b) o personagem escreve a carta com o objetivo de questionar o Papai Noel acerca de seu local de moradia.
- c) a carta foi escrita como forma de denúncia das condições subumanas de trabalho oferecidas pelo Papai Noel.
- d) o objetivo da carta era levar o Papai Noel à reflexão sobre a busca por condições mais vantajosas de mercado.
- e) o personagem não tem certeza da localização do Papai Noel, o que o leva a escrever uma carta para confirmar a informação.

17. Acerca da organização morfosintática do Texto III, assinale a alternativa correta.

- a) A conjunção "por que" foi empregada corretamente no primeiro quadrinho, pois se trata de uma interrogação direta.
- b) Se houvesse uma palavra atrativa antes da forma verbal "é" em "O meu plano é colocá-lo na defensiva", a única possibilidade de manter a correção gramatical seria colocar o pronome átono em próclise: O meu plano não é o colocar na defensiva.
- c) o vocábulo "que" em "Eu aposto que é por salários baixos..." e em "o exemplo que você quer dar" recebem a mesma classificação morfosintática.
- d) A vírgula empregada após "Caro Papai Noel" é facultativa, uma vez que se trata de uma expressão de curta extensão.
- e) Para que o texto atenda à norma-padrão, o trecho "antes dele considerar o quanto eu fui bom" deveria ser reescrito da seguinte forma: antes de ele considerar o quanto eu fui bom.

18. Assinale a alternativa em que o termo destacado está classificado incorretamente entre parênteses.

- a) A criação **de um novo imposto** sobre pagamentos nos moldes da antiga CPMF não recebeu o apoio necessário da base parlamentar do presidente. (complemento nominal)
- b) A criação **de um novo imposto sobre pagamentos nos moldes da antiga CPMF** não recebeu o apoio necessário da base parlamentar do presidente. (sujeito)
- c) A criação de um novo imposto sobre pagamentos nos moldes da antiga CPMF não **recebeu** o apoio necessário da base parlamentar do presidente. (verbo transitivo direto)
- d) A criação de um novo imposto sobre pagamentos nos moldes da antiga CPMF não recebeu **o apoio necessário** da base parlamentar do presidente. (objeto direto)
- e) A criação de um novo imposto sobre pagamentos nos moldes da antiga CPMF não recebeu o apoio necessário **da base parlamentar do presidente**. (objeto indireto)

19. A frase em que a palavra ou expressão destacada respeita as regras ortográficas e gramaticais da norma-padrão é:

- a) **Ao invés de** reclamar, ela foi se exercitar.
- b) Todos se perguntavam **aonde** o pai escondeu o tesouro.
- c) Não entendemos **por que** ele não investiu nesse sistema.
- d) A **sessão** do documento em que se encontra essa regra foi retirada.
- e) **A** dias que merecem ser repetidos.

20. Nas frases abaixo, o vocábulo “como” indica, respectivamente:

- “Como havia chovido muito, as ruas estavam alagadas”
- “Como orientou a presidência, os relatórios foram enviados por e-mail”

- a) consequência e modo
- b) causa e comparação
- c) causa e conformidade
- d) explicação e comparação
- e) consequência e conformidade

21. De acordo com a gramática, adjetivo é a palavra que modifica um substantivo, com ele concordando em gênero e número. Assinale a alternativa em que as duas palavras em destaque exercem a função de adjetivos.

- a) A proteína **animal** possui muitos benefícios / O grupo **de alunos** se dispersou.
- b) ...um alimento rico em **carboidratos** / Reconhecemos aquela **doce** voz.
- c) Ouvíamos **diversos** sons de bandas **diversas**.
- d) Os candidatos estavam **inteiramente** entregues / ... saíram **de repente**.
- e) O **amigo** sempre tem **bons** conselhos.

22. Assinale a alternativa em que a preposição destacada seja exigida por um termo anterior.

- a) votos de determinada urna
- b) sistema de votação
- c) número de eleitores
- d) tipo de fraude
- e) apuração dos votos

23. Assinale a alternativa em que a forma verbal está flexionada incorretamente de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

- a) Quando eu o vir, direi que desejas conversar.
- b) Os presentes chegaram antes do que eu previra.
- c) Se eu impuser as novas regras, todos ficarão contra mim.
- d) Requeiro os documentos comprobatórios.
- e) Os guardas deteram os ladrões.

24. Assinale a alternativa em que o termo entre parênteses substitui corretamente a expressão.

- a) fechou a janela (fechou-na)
- b) preciso de apoio (preciso-lhe)
- c) lembraram o caso (lembraram-no)
- d) fazer um bolo (fazer-lo)
- e) buscar um tesouro (busca-o)

25. Transpondo-se a frase “Um estudo realizado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) *aponta* um aumento de 90,5% nos casos de depressão entre os brasileiros desde o início da quarentena” para a voz passiva, a forma verbal destacada resultante será:

- a) é apontado
- b) apontam-se
- c) foi apontado
- d) era apontado
- e) tinha sido apontado.

26. Em uma comunicação oficial de um Deputado Federal, o vocativo adequado ao Presidente da República e o advérbio adequado ao fecho da comunicação devem ser, respectivamente:

- a) Eminentíssimo Senhor / Atenciosamente
- b) Senhor / Respeitosamente
- c) Eminentíssimo Senhor / Respeitosamente
- d) Senhor / Atenciosamente
- e) Excelentíssimo Senhor / Respeitosamente

27. A respeito de documentos no padrão ofício, pode-se afirmar que

- a) O cabeçalho é utilizado em todas as página do documento, centralizado na área determinada pela formatação.
- b) Os documentos oficiais devem ser identificados de maneira completa da seguinte maneira: nome do documento e indicação de numeração.
- c) O vocativo deve ser destacado em negrito e sinalizado com uma vírgula.
- d) O único fecho permitido em mensagem é *respeitosamente*.
- e) No endereçamento a autoridades tratadas por Vossa Excelência no corpo do ofício, a forma será “A Sua Excelência o Senhor” ou “A Sua Excelência a Senhora”.

28. Ato administrativo pelo qual a autoridade estabelece regras, baixa instruções para aplicação de leis ou trata da organização e do funcionamento de serviços dentro de sua esfera de competência.

- a) Ordem de serviço
- b) Portaria
- c) Edital
- d) Relatório
- e) Requerimento

29. A Redação Oficial é a maneira pela qual o Poder Público redige atos normativos e comunicações. De acordo com o Manual de Redação da Presidência da República, a Redação Oficial deve caracterizar-se pela impessoalidade, uso do padrão culto de linguagem, clareza, _____, formalidade e uniformidade.

Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna do texto.

- a) Moralidade
- b) Concisão
- c) Legalidade
- d) Publicidade
- e) Eficiência

30. A utilização do e-mail para a comunicação tornou-se prática comum, não só em âmbito privado, mas também na administração pública. Sobre esse expediente, assinale a alternativa correta.

- a) Por se tratar de uma comunicação eletrônica, a linguagem utilizada pode ser menos formal.
- b) Para que o e-mail tenha valor documental, isto é, para que possa ser aceito como documento original, é necessário que o endereço eletrônico utilize a extensão “.gov.br”.
- c) Por apresentar maior flexibilidade, não há uma padronização da mensagem comunicada por e-mail.
- d) No e-mail, a abreviação de 'atenciosamente' é permitida, escrevendo-se 'Att.'
- e) O expediente e-mail possibilita a utilização de diferentes cores no texto para destacar as informações mais relevantes.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Thiago Farias

31. Sebastião Silva, servidor do TJPI regido pela Lei Complementar 13/1997 acabou de se tornar pai. Nesse caso ele faz jus a uma licença paternidade com a duração de:

- a) 5 dias.
- b) 10 dias.
- c) 15 dias.
- d) 30 dias.
- e) 20 dias.

32. Analise os itens abaixo:

I – É de trinta dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.

II – O início, a suspensão, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do servidor.

III – Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de 3 (três) anos.

IV - A posse poderá dar-se mediante procuração específica.

Tendo em vista o que consta da LC 13/1997, estão corretos os itens listados em:

- a) I e III, apenas
- b) I e II, apenas
- c) II, III e IV, apenas
- d) III e IV, apenas
- e) I, II, III e IV.

33. Analise os itens abaixo que tratam sobre licença para tratamento de saúde considerando o que consta da Lei Complementar 13/1997 e indique a alternativa incorreta:

- a) Será concedida ao servidor licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em perícia oficial, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus.
- b) Para licença até 15 (quinze) dias, a inspeção poderá ser feita por médico do serviço oficial e, se por prazo superior, por junta médica.
- c) A inspeção médica será sempre realizada na residência do servidor ou no estabelecimento hospitalar onde se encontrar internado.
- d) Inexistindo médico do órgão oficial no local onde se encontra o servidor, será aceito atestado passado por médico particular, homologado pela junta médica.
- e) Constitui falta grave a recusa do servidor à inspeção médica.

34. Complete as lacunas da afirmação seguinte de acordo com o que prescreve a Lei Complementar 230/2017: A _____ consiste na movimentação do servidor da última referência de um nível para a primeira referência do nível seguinte, na data em que o servidor completar o interstício de _____, da _____ imediatamente anterior.

- a) promoção / um ano / progressão funcional
- b) progressão funcional / dois anos / promoção
- c) promoção / dois anos / progressão funcional
- d) elevação / três anos / promoção
- e) promoção / um ano / elevação

35. Analise os itens abaixo que tratam sobre os requisitos mínimos para a criação de comarca:

I – população mínima de 10.000 (dez mil) habitantes no município, com, pelo menos, 5.000 (cinco mil) na sede

II – território de área superior a 50 (cinquenta) quilômetros quadrados

III – receita tributária federal, estadual, municipal superior a 3.000 (três mil) vezes o salário-mínimo, em sua totalidade

IV – distância mínima de 50 (cinquenta) quilômetros até a sede de outra comarca existente

Estão incorretos nos termos da Lei 3.716/1979 os itens listados em:

- a) I e II, apenas
- b) II e IV, apenas
- c) III e IV, apenas
- d) I e IV, apenas
- e) II e III, apenas

36. Sobre os Juízes Auxiliares, a Lei de Organização Judiciária prevê que a Presidência, a Vice-Presidência e a Corregedoria-Geral terão respectivamente:

- a) um, dois e dois juízes auxiliares.
- b) três, dois e um juízes auxiliares.
- c) três, três e dois juízes auxiliares.
- d) dois, um e três juízes auxiliares.
- e) dois, dois e um juízes auxiliares.

37. Analise os itens abaixo que tratam sobre a Corregedoria Geral de Justiça e assinale a alternativa incorreta nos termos da Lei de Organização Judiciária:

- a) Sujeitam-se à correição os atos dos Juízes, serventúrios e funcionários da Justiça, inclusive as escritanias das Varas da Fazenda Pública.
- b) O Vice Corregedor Geral da Justiça só se afastará de suas funções ordinárias pelo período que estiver substituindo o Corregedor Geral da Justiça.
- c) Faz-se a escolha do Corregedor Geral e do Vice Corregedor Geral da Justiça juntamente com as dos demais titulares de funções de direção do Poder Judiciário.
- d) O Desembargador, no exercício do mandato de Corregedor Geral da Justiça, será dispensado de sua função judicante normal, obrigando-se a comparecer às sessões plenárias do Colegiado, para decidir sobre a nomeação, promoção, permuta, disponibilidade de juízes e sobre matéria de natureza administrativa e constitucional.
- e) A Corregedoria Geral da Justiça, que funciona na sede do Tribunal, órgão de fiscalização disciplinar, orientação, controle e instrução dos serviços forenses e administrativos da justiça de primeiro e segundo grau, tem competência em todo o Estado e é exercido por Desembargador.

38. Assinale a alternativa que não representa órgão auxiliar do Tribunal de Justiça do Piauí, nos termos do Regimento Interno:

- a) Conselho da Magistratura
- b) Corregedoria Geral de Justiça
- c) Gabinete do Presidente
- d) Gabinete dos Desembargadores
- e) Escola Judiciária

39. O Regimento Interno estabelece que o Presidente do Tribunal de Justiça é autorizado a convocar 02 (dois) juízes de direito da comarca da Capital para atuarem como 1º e 2º suplentes em cada órgão fracionário, em caso de vaga ou afastamento de desembargador, por prazo superior a:

- a) 10 dias.
- b) 90 dias.
- c) 30 dias.
- d) 15 dias.
- e) 60 dias.

40. Conforme prevê o Regimento Interno, nos crimes comuns e de responsabilidade, o Procurador Geral de Justiça será julgado pelo:

- a) Tribunal Pleno
- b) Juiz de Primeira Instância
- c) Câmara Especializada Criminal
- d) Câmara Especializada Cível
- e) Câmaras Reunidas

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

41. Em relação aos direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição Federal e à luz da jurisprudência do STF, analise os itens abaixo:

- I. É legítima a recusa dos pais à vacinação compulsória de filho menor por motivo de convicção filosófica, mesmo em se tratando de vacinas testadas, aprovadas e registradas.
- II. As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.
- III. É incompatível com a Constituição a ideia de um direito ao esquecimento, assim entendido como o poder de obstar, em razão da passagem do tempo, a divulgação de fatos ou dados verídicos e lícitamente obtidos e publicados em meios de comunicação social analógicos ou digitais.

Analise os itens acima e assinale:

- a) se somente o item I estiver correto.
- b) se somente o item II estiver correto.
- c) se somente o item III estiver correto.
- d) se somente os itens I e II estiverem corretos.
- e) se somente os itens II e III estiverem corretos.

42. No que tange aos partidos políticos, assinale a alternativa correta.

- a) Os partidos políticos devem aplicar no mínimo 3% dos recursos do fundo partidário na criação e na manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, de acordo com os interesses intrapartidários.
- b) Os Deputados Federais, os Deputados Estaduais, os Deputados Distritais e os Vereadores que se desligarem do partido pelo qual tenham sido eleitos perderão o mandato, salvo nos casos de anuência do partido ou de outras hipóteses de justa causa estabelecidas em lei, computada, em qualquer caso, a migração de partido para fins de distribuição de recursos do fundo partidário ou de outros fundos públicos e de acesso gratuito ao rádio e à televisão.
- c) É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios e sobre sua organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações nas eleições majoritárias, vedada a sua celebração nas eleições proporcionais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.
- d) O montante do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e da parcela do fundo partidário destinada a campanhas eleitorais, bem como o tempo de propaganda gratuita no rádio e na televisão a ser distribuído pelos partidos às respectivas candidatas, deverão ser de no mínimo 20%, proporcional ao número de candidatas, e a distribuição deverá ser realizada conforme critérios definidos pelos respectivos órgãos de direção e pelas normas estatutárias, considerados a autonomia e o interesse partidário..
- e) Terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, os partidos políticos que tiverem eleito pelo menos doze Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação.

43. Ao dispor sobre as garantias de imparcialidade aplicáveis aos juízes, a CF no art. 95, parágrafo único, IV estabelece:

Art. 95. Os juízes gozam das seguintes garantias:
Parágrafo único. Aos juízes é vedado:

IV - receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei;

Esse preceito constitucional dá origem a uma norma de eficácia:

- a) plena e aplicabilidade diferida;
- b) limitada e princípio institutivo;
- c) plena e aplicabilidade imediata;
- d) contida e aplicabilidade imediata;
- e) limitada e princípio programático.

44. Compete ao Superior Tribunal de Justiça, processar e julgar, originariamente:

- a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.
- b) a extradição solicitada por Estado estrangeiro.
- c) nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República.
- d) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território.
- e) os mandados de segurança e os habeas data contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal.

45. Considerando o texto constitucional de 1988, quanto ao direito à saúde, analise os itens abaixo:

I. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

II. É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo nos casos previstos em lei.

III. As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou privado, tendo preferência as fundações e as entidades sem fins lucrativos.

Analise os itens acima e assinale:

- a) se somente o item I estiver correto.
- b) se somente o item II estiver correto.
- c) se somente o item III estiver correto.
- d) se somente os itens I e II estiverem corretos.
- e) se somente os itens II e III estiverem corretos.

46. A respeito da organização político-administrativa do Estado brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) A transformação do Território Federal em Estado será regulada pela respectiva Constituição Estadual.
- b) Os Territórios, caso existentes, não poderiam ser subdivididos em Municípios.
- c) Os Territórios Federais integram a União e o respectivo Estado federado onde estiver situado.
- d) Os Territórios, caso existentes, elegeriam quatro deputados federais e três senadores.
- e) Nos Territórios Federais com mais de cem mil habitantes, além do Governador nomeado na forma desta Constituição, haverá órgãos judiciários de primeira e segunda instância, membros do Ministério Público e defensores públicos federais;

47. De acordo com a Constituição da República, para preservar, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou paz social atingida por calamidades de grandes proporções na natureza, o

- a) Congresso Nacional, a pedido do governador do Estado atingido e ouvido o Ministério Público Federal, poderá decretar a intervenção federal.
- b) Presidente da República, ouvido o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, poderá decretar estado de defesa.
- c) Congresso Nacional poderá decretar, a pedido do Presidente da República e autorizado pelo Supremo Tribunal Federal, estado de sítio.
- d) Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional, poderá decretar estado de calamidade pública.
- e) Conselho de Proteção Nacional, por solicitação dos Prefeitos e Governadores das regiões atingidas, poderá decretar estado de emergência.

48. O Tribunal de Justiça do Estado Alfa, ao julgar recurso de apelação, julgou válida lei local que fora contestada em face de lei federal. Nesse caso, exauridas as instâncias ordinárias e preenchidos os demais requisitos exigidos, o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado Alfa é suscetível de ser impugnado mediante:

- a) reclamação, a ser julgada pelo Supremo Tribunal Federal;
- b) recurso ordinário, a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça;
- c) recurso especial, a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça;
- d) recurso extraordinário, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal;
- e) recurso ordinário, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal.

49. O presidente da República, com o objetivo de conter o crescimento da despesa pública, consultou sua assessoria a respeito do procedimento a ser observado para se extinguir determinado quantitativo de cargos, bem como se poderia delegar essa competência. Foi corretamente informado ao chefe do Poder Executivo que os cargos:

- a) podem ser extintos por decreto e, em se tratando de cargos ocupados, os servidores serão postos em disponibilidade; podendo tal competência ser delegada para ministros de Estado.
- b) ocupados só podem ser extintos na forma da lei; podendo tal competência ser delegada para ministros de Estado.
- c) em obediência ao princípio da paridade das formas, somente podem ser extintos por lei;
- d) podem ser extintos por decreto, desde que se encontrem vagos, não podendo tal competência ser delegada para ministros de Estado.
- e) podem ser extintos por decreto, desde que se encontrem vagos, podendo tal competência ser delegada para ministros de Estado.

50. Acerca do que dispõe a Constituição Federal sobre as funções essenciais à Justiça:

- a) Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.
- b) A Advocacia-Geral da União é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita.
- c) Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, não havendo, contudo, qualquer previsão acerca de sua autonomia funcional.
- d) É função institucional da Advocacia-Geral da União defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.
- e) Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe ao Ministério Público Federal, observado o disposto em lei.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

51. Assinale, à luz do disposto na Lei federal 12.846/2013, conhecida como Lei Anticorrupção, a sanção que NÃO pode ser aplicada em decorrência da responsabilização judicial de pessoas jurídicas:

- a) perda dos bens, direitos e valores decorrentes da infração.
- b) suspensão das atividades da pessoa jurídica.
- c) dissolução compulsória da pessoa jurídica.
- d) multa.
- e) interdição parcial das atividades da pessoa jurídica.

52. Sobre o controle judicial da administração pública no âmbito do Estado do Piauí, assinale a característica correta:

- a) debruça-se indistintamente sobre aspectos de legalidade e de mérito.
- b) pode resultar no desfazimento de atos discricionários.
- c) independe de provocação.
- d) é exercido sob auxílio do Tribunal de Contas do Estado do Piauí.
- e) geralmente é realizado ex ante.

53. De acordo com as teorias que cercam a responsabilidade do Estado, analise os itens a seguir e assinale a alternativa que contenha apenas os itens corretos.

- I - Na teoria da culpa administrativa, a culpa é do serviço e não do agente, por isso que a responsabilidade do Estado independe da culpa subjetiva do agente.
 - II - A teoria da culpa do serviço estabelece a responsabilização do Estado independentemente de qualquer culpa do agente.
 - III - Na teoria do risco administrativo, basta a relação entre o comportamento estatal e o dano sofrido pelo administrado para que surja a responsabilidade civil do Estado. Nesta teoria, independe se a vítima concorreu com o dano.
 - IV - São requisitos para a responsabilidade do Estado, Segundo a teoria do risco administrativo: dano, conduta administrativa enexo causal.
 - V - A teoria do risco integral obriga o Estado a reparar todo e qualquer dano, independentemente se houver culpa ou dolo da vítima.
- a) Apenas uma alternativa está correta
 - b) Apenas duas alternativas estão corretas
 - c) Apenas três alternativas estão corretas
 - d) Apenas quatro alternativas estão corretas
 - e) Todas as alternativas estão corretas

54. No que concerne à organização da Administração Pública, é correto afirmar que:

- a) Na descentralização por outorga, ocorre a transferência apenas da execução do serviço, permanecendo a titularidade com a Administração Pública.
- b) Na descentralização por delegação, são criadas instituições com personalidade jurídica própria e com competências específicas, a exemplo das empresas públicas.
- c) Os consórcios públicos são dotados de personalidade jurídica própria e, segundo a legislação aplicável, sempre integram a Administração Pública.
- d) No fenômeno denominado desconcentração, há uma distribuição interna de competências entre os órgãos da Administração Pública.
- e) A exemplo da descentralização por outorga e da descentralização por delegação, na descentralização territorial ocorre a transferência de competências específicas.

55. No que se refere à Administração Indireta, assinale a alternativa correta:

- a) Com exceção das sociedades de economia mista, que — devido à participação da iniciativa privada em seu capital — seguem regras próprias, os órgãos da administração indireta estão sujeitos à regra de licitar.
- b) Com exceção das empresas públicas, os órgãos da administração pública indireta não possuem fins lucrativos.
- c) A criação de pessoa jurídica de direito privado integrante da administração pública dá-se por meio da inscrição de seus atos constitutivos no registro público competente, desde que haja autorização legal.
- d) Adotando-se o critério de composição do capital, podem-se dividir as entidades que compõem a administração indireta em dois grupos: um grupo, formado pelas autarquias e fundações públicas, cujo capital é exclusivamente público; e outro grupo, constituído pelas sociedades de economia mista e empresas públicas, cujo capital é formado pela conjugação de capital público e privado.
- e) Dada a autonomia a eles conferida pela Constituição Federal de 1988 (CF), todos os entes federativos, com exceção do Distrito Federal, podem criar entidades da administração indireta.

56. Quanto aos poderes da administração, assinale a alternativa correta:

- a) Aplicação de multa de trânsito ao particular que comete infrações contra o Código de Trânsito Brasileiro é fundamentada no poder disciplinar.
- b) A suspensão por 60 dias de servidor público após conclusão de PAD que respeitou o devido processo legal e o contraditório é fundado na aplicação do poder de polícia.
- c) Declaração pela Administração Pública de inidoneidade a um particular que comprovadamente fraudou procedimento licitatório é um exemplo da aplicação exclusiva do poder hierárquico.
- d) A constatação de risco de desabamento de uma construção e consequente Interdição e demolição da mesma são exemplos da atuação da Administração com base no poder de polícia.
- e) Decorre do poder normativo a prerrogativa da administração pública de punir internamente as infrações funcionais cometidas por particulares com quem o ente público tenha algum vínculo.

57. Assinale a alternativa correta acerca das espécies e classificações dos atos administrativos:

- a) atos enunciativos são aqueles que contêm uma declaração da Administração quanto a um fato ou uma situação, como licenças e autorizações.
- b) atos complexos resultam da manifestação de um único órgão, requerendo a vontade instrumental de outro órgão para se aperfeiçoarem.
- c) atos simples são aqueles que resultam da declaração de vontade de um único órgão, podendo ser singular ou colegiado.
- d) nos atos compostos a manifestação de vontade de dois ou mais órgãos se fundem para formação de um único ato.
- e) nos atos de gestão, opera-se a imposição coercitiva do ato aos administrados, de forma unilateral.

58. Quanto à contratação direta na nova lei de licitações, é INCORRETO afirmar que:

- a) exige-se instauração de processo administrativo capaz de justificar a contratação direta.
- b) pode ensejar a responsabilidade solidária do agente público por dano causado ao erário, no caso de contratação indevida ocorrida com erro grosseiro.
- c) as situações de licitação dispensada facultam ao gestor público a realização de contratação direta.
- d) é exemplificativo o rol de hipóteses de licitação inexigível do art. 74 da Lei 14.133/2021.
- e) é taxativo o rol de hipóteses de licitação dispensável do art. 75 da Lei 14.133/2021.

59. As licitações regidas pela Lei 14.133/2021 serão realizadas

- a) obrigatoriamente pela forma eletrônica.
- b) preferencialmente pela forma eletrônica.
- c) preferencialmente pela forma presencial.
- d) pela forma eletrônica no caso de superarem o valor de R\$ 10 milhões.
- e) pela forma eletrônica desde que superem o valor de R\$ 200 milhões.

60. No que se refere aos agentes públicos, assinale a alternativa correta à luz das regras constitucionais:

- a) é permitida a acumulação de dois cargos de natureza técnica ou científica.
- b) a proibição de acumular cargos abrange autarquias, fundações, mas não empresas públicas e sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica.
- c) em exceção ao princípio da vedação à acumulação remunerada de cargos, membros do Ministério Público estão autorizados a exercerem uma função de magistério.
- d) é vedado ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
- e) são vitalícios após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

61. Com relação às pessoas jurídicas, assinale a alternativa correta.

- a) Partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público interno.
- b) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado a partir da conclusão do seu ato constitutivo.
- c) Decisões da administração coletiva da pessoa jurídica que forem eivadas de simulação consideram-se nulas, sendo o pretensão de postular a nulidade imprescritível.
- d) A desconsideração da personalidade jurídica pode ocorrer por desvio de finalidade, assim entendido como a expansão ou alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.
- e) Não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.

62. Com relação à condição, ao termo e ao encargo, assinale a alternativa correta.

- a) Entre as condições defesas, incluem-se as que sujeitem o efeito do negócio jurídico ao puro arbítrio de uma das partes.
- b) Têm-se por inexistentes as condições incompreensíveis ou contraditórias, subsistindo o negócio jurídico.
- c) Se alguém dispuser de uma coisa sob condição suspensiva e, pendente esta, fizer quanto àquela uma nova disposição, esta terá valor, uma vez realizada a condição, se com ela for incompatível.
- d) O termo inicial suspende a aquisição do direito.
- e) O encargo suspende a aquisição e o exercício do direito.

63. Com relação ao adimplemento e extinção das obrigações, assinale a alternativa correta.

- a) O pagamento feito de boa-fé ao credor putativo é válido, salvo se provado que ele não era credor.
- b) O credor não é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, exceto se mais valiosa.
- c) A quitação deve observar a mesma forma exigida para o negócio jurídico.
- d) O pagamento deve ser efetuado no domicílio do credor, salvo se as partes convencionarem diversamente.
- e) Salvo disposição em contrário, não tendo sido ajustada época para o pagamento, pode o credor exigí-lo imediatamente.

64. Com relação à extinção dos contratos, assinale a alternativa correta.

- a) O distrato faz-se por escritura pública ou instrumento particular.
- b) A resilição unilateral opera-se mediante denúncia notificada à outra parte.
- c) A cláusula resolutiva expressa depende de interpelação judicial.
- d) Nos contratos bilaterais, qualquer dos contratantes, antes de cumprida sua obrigação, pode exigir o implemento da do outro.
- e) A resolução por onerosidade excessiva pode ser pleiteada tanto para os contratos de execução imediata, como para os de execução continuada ou diferida, nas hipóteses em que acontecimentos extraordinários e imprevisíveis tornem a prestação de uma das partes excessivamente onerosa.

65. Com relação às espécies de contratos, assinale a alternativa correta.

- a) Comodato é o empréstimo gratuito ou oneroso de coisas não fungíveis.
- b) O comodatário constituído em mora pagará, até restituir a coisa, o aluguel arbitrado pelo comodante, hipótese em que o comodato converte-se em locação.
- c) O comodatário não poderá jamais recobrar do comodante as despesas feitas com o uso e gozo da coisa emprestada.
- d) O mútuo transfere a posse da coisa emprestada ao mutuário, remanescendo a propriedade no patrimônio do mutuante.
- e) Não se tendo convencionado o prazo do mútuo pecuniário, será este o tempo que declarar o mutuante.

66. Com relação à usucapião, assinale a alternativa correta.

- a) A usucapião extraordinária requer que o possuidor ostente justo título e boa-fé.
- b) A usucapião ordinária requer que o possuidor ocupe área de terra em zona rural não superior a 50 hectares.
- c) Não corre prazo de usucapião sobre imóvel pertencente a absolutamente incapaz.
- d) O possuidor não pode, para o fim de contar o tempo necessário à usucapião, acrescentar sua posse à dos seus antecessores.
- e) Cônjuge que sofreu abandono doméstico não pode usucapir o imóvel que servia de residência conjugal.

67. Com relação ao usufruto, assinale a alternativa correta.

- a) Não se pode transferir o usufruto por alienação, mas seu exercício pode ceder-se por título gratuito ou oneroso.
- b) Quando o usufruto recai em títulos de crédito, o usufrutuário tem o direito de perceber os frutos, mas não de cobrar as respectivas dívidas.
- c) Os frutos naturais pendentes ao tempo em que cessa o usufruto pertencem ao usufrutuário.
- d) Incumbem ao nu-proprietário os tributos devidos pela posse da coisa usufruída.
- e) Se o usufrutuário morrer, o usufruto transmite-se a seus herdeiros.

68. Com relação à laje, assinale a alternativa correta.

- a) O proprietário da construção-base pode ceder a superfície superior, mas não a inferior, da sua construção, a fim de que o titular da laje mantenha unidade imobiliária distinta.
- b) O proprietário da construção-base responderá pelos encargos e tributos que incidirem sobre a laje.
- c) O titular da laje não pode dispor da unidade imobiliária autônoma.
- d) O titular da laje pode ceder a superfície de sua construção para a instituição de um sucessivo direito real de laje, desde que haja autorização expressa dos titulares da construção-base e das demais lajes.
- e) A ruína da construção-base em regra não implica extinção do direito real de laje.

69. Com relação aos alimentos, assinale a alternativa correta.

- a) Na falta de ascendentes, descendentes e irmãos, a obrigação de prestar alimentos cabe aos tios.
- b) A obrigação de prestar alimentos não se transmite aos herdeiros do devedor.
- c) O cônjuge culpado não tem direito de pleitear alimentos do outro.
- d) O crédito alimentar é pode ser objeto de compensação.
- e) Com o concubinato do cônjuge credor, cessa o dever de prestar alimentos.

70. Com relação à sucessão legítima, assinale a alternativa correta.

- a) Cônjuge casado pelo regime da comunhão universal de bens não concorre com os descendentes do de cujus.
- b) Cônjuge casado pelo regime da separação obrigatória de bens terá de dividir a herança com os colaterais do de cujus.
- c) Na classe dos colaterais, inexistente direito de representação.
- d) Concorrendo à herança irmãos unilaterais com irmãos bilaterais, todos herdarão em partes iguais.
- e) Não sobrevivendo cônjuge ou companheiro, nem parente sucessível, a herança se devolve ao Estado de onde os bens estiverem situados.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

71. O advogado que apresente nos autos procuração geral para o foro pode:

- a) assinar declaração de hipossuficiência econômica.
- b) receber citação.
- c) propor reconvenção.
- d) dar quitação.
- e) desistir do processo.

72. Sobre a competência do juízo, assinale a alternativa correta:

- a) caso a alegação de incompetência seja acolhida, o juiz deve extinguir o processo sem resolução de mérito.
- b) a incompetência pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição e deve ser declarada de ofício.
- c) salvo decisão judicial em sentido contrário, conservar-se-ão os efeitos de decisão proferida pelo juízo incompetente até que outra seja proferida, se for o caso, pelo juízo competente.
- d) prorrogar-se-á a competência se o réu não alegar a incompetência em preliminar de contestação.
- e) a incompetência relativa não pode ser alegada pelo Ministério Público.

73. A respeito das regras sobre impedimento e suspeição, assinale a alternativa correta:

- a) o impedimento e a suspeição devem ser alegados pelo réu em preliminar de contestação.
- b) o juiz que for amigo íntimo de uma das partes estará impedido de atuar no processo.
- c) quando o impedimento ou suspeição for alegado em face de juiz de 1º grau, o julgamento do incidente será de competência do seu substituto.
- d) as partes podem aceitar a participação do juiz suspeito no processo, o que não se aplica ao impedimento.
- e) Quando 2 ou mais juízes forem parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, inclusive, o primeiro que conhecer do processo impede que o outro nele atue, caso em que o segundo se escusará, remetendo os autos ao seu substituto legal.

74. Sobre a reconvenção, assinale a alternativa correta:

- a) a reconvenção deve manifestar pretensão conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa.
- b) proposta reconvenção, o autor será citado para responder no prazo de 15 dias.
- c) a extinção da ação principal sem julgamento de mérito implica a extinção também da reconvenção.
- d) a reconvenção não pode ser proposta pelo réu em litisconsórcio com terceiro.
- e) se não for proposta contestação, a reconvenção deverá ser extinta sem julgamento de mérito.

75. Omissa a sentença em relação aos honorários de sucumbência:

- a) entende-se que eles foram deferidos no patamar mínimo legal.
- b) o advogado deve postular a fixação dos honorários em sede de cumprimento de sentença.
- c) se a decisão transitar em julgado, o advogado deverá propor ação rescisória para buscar a sua fixação.
- d) o advogado deverá interpor agravo de instrumento a fim de que o Tribunal fixe os honorários.
- e) se a decisão transitar em julgado, o advogado não poderá exigir qualquer valor a esse título em sede de cumprimento da referida decisão.

76. A empresa Alfa, especializada em securitização de créditos, detém dois títulos de crédito devidos pela empresa Beta, sendo que um dos títulos é uma nota promissória e o outro é um cheque, ambos vencidos.

A empresa Alfa propôs ação de execução exigindo de Beta o pagamento de ambos os títulos. Sobre essa situação, podemos afirmar que:

- a) é inviável a propositura de ação de execução com fundamento em dois títulos.
- b) é inviável a propositura de ação de execução com fundamento em títulos de crédito de categorias distintas.
- c) é viável a propositura de ação de execução com fundamento em títulos distintos.
- d) é viável a propositura de ação de execução com fundamento em títulos distintos, desde que haja concordância do executado.
- e) é viável a propositura de ação de execução com fundamento em títulos distintos, desde que conste cláusula nesse sentido nos títulos.

77. A empresa XPTO propôs ação de execução em face de José, no entanto, José não reside mais na residência informada à empresa quando da realização do negócio jurídico, nem foram encontrados bens penhoráveis.

Após a realização de diversas buscas judiciais, ainda assim José não foi encontrado, nem foi encontrado qualquer tipo de bem registrado em seu nome. Verificando essa situação, o Juiz deve determinar:

- a) a extinção do processo por ausência de interesse de agir.
- b) a extinção do processo por manifesta inexecutabilidade da obrigação.
- c) a suspensão do processo pelo prazo de 180 dias.
- d) a suspensão do processo pelo prazo de 1 ano.
- e) a suspensão do processo sem prazo determinado.

78. No âmbito dos Tribunais, a técnica de julgamento ampliado se aplica ao julgamento não unânime do agravo de instrumento quando:

- a) a Fazenda Pública for a agravante.
- b) A Fazenda Pública for a agravada.
- c) a decisão agravada tiver apreciado parcialmente o mérito do processo.
- d) houver reforma de decisão que apreciou parcialmente o mérito do processo.
- e) houver reforma de decisão que deferiu tutela provisória de urgência.

79. Há resolução de mérito quando:

- a) se verifica a preempção.
- b) se reconhece a prescrição da pretensão exercida pelo autor.
- c) se homologa a desistência da ação, com a concordância do réu.
- d) se verifica a existência de coisa julgada.
- e) se verifica a existência de convenção de arbitragem.

80. NÃO se pode afirmar que tem legitimidade para impetrar mandado de segurança coletivo:

- a) partido político com representação no Congresso Nacional.
- b) o Ministério Público.
- c) organização sindical.
- d) entidade de classe.
- e) associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano.

DIREITO PENAL

Antônio Pequeno

81. Em uma embarcação pública estrangeira, em mar localizado no território do Uruguai, o presidente do Brasil sofre um atentado contra sua vida pela conduta de João, argentino residente no Brasil, que conseguiu se infiltrar no navio passando-se por funcionário da cozinha, já planejando o cometimento do delito. O presidente do Brasil, porém, é socorrido e se recupera, enquanto João é identificado e preso na Bahia, um mês após os fatos.

Considerando a situação narrada, sobre a aplicação da lei penal no espaço, é correto afirmar que a João

- a) não pode ser aplicada a lei brasileira, já que o crime foi cometido no estrangeiro.
- b) poderá ser aplicada a lei brasileira, com base no princípio da territorialidade.
- c) poderá ser aplicada a lei brasileira, ainda que o autor do crime tenha sido absolvido ou condenado no estrangeiro.
- d) poderá ser aplicada a lei brasileira, desde que o autor do crime não seja julgado no estrangeiro.
- e) não poderá ser aplicada a lei brasileira, já que o autor do crime é estrangeiro.

82. Insatisfeito com uma disputa acirrada num jogo de futebol, Ares, que contava com 17 anos e 11 meses de vida, aguarda a saída de Priapo de um curso preparatório, sequestrando seu desafeto, mantendo-o em cárcere privado por dois meses, quando o cativo é descoberto pela polícia e a vítima é resgatada. De acordo com o Código Penal, Ares deverá:

- a) responder pelo crime, em razão da teoria do resultado;
- b) responder pelo crime, em razão da teoria mista;
- c) responder pelo crime, em razão da teoria da ação;
- d) não responder por crime, em razão da teoria da ubiquidade;
- e) não responder por crime, em razão da teoria da atividade.

83. Um indivíduo agiu prevendo o resultado naturalístico adverso de sua ação, mas esperava que este não viesse a ocorrer. Nesse caso, a conduta do indivíduo corresponde ao conceito jurídico de

- a) culpa consciente.
- b) dolo eventual.
- c) dolo de segundo grau.
- d) culpa presumida.
- e) dolo de perigo.

84. É causa de exclusão da culpabilidade

- a) a embriaguez preordenada.
- b) o erro de tipo invencível.
- c) o agir sob violenta emoção.
- c) a embriaguez culposa.
- d) o erro de proibição escusável.

85. Acerca dos crimes patrimoniais, é correto afirmar que:

- a) admite-se a continuidade delitiva entre roubo e extorsão, porquanto crimes da mesma espécie;
- b) o crime de furto não se consuma quando, após invertida a posse, o agente é perseguido pela autoridade ou pela própria vítima e o bem é reavido;
- c) o crime de extorsão mediante sequestro é material e somente se consuma com o efetivo pagamento da vantagem como condição ou preço do resgate;
- d) diferenciam-se roubo e extorsão pelo grau de colaboração da vítima: no roubo, a participação da vítima é indispensável para a obtenção da vantagem; na extorsão, o grau de participação da vítima é irrelevante para a consecução do objetivo;
- e) consuma-se o crime de roubo com a inversão da posse do bem mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo e em seguida à perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa roubada, sendo prescindível a posse desvigiada.

86. Saulo se desentendeu, na fila do caixa de um supermercado, com outra consumidora, Viviane, que estava no 8º mês de gestação, e lhe desferiu um fortíssimo soco no rosto. Em razão do golpe, Viviane perdeu o equilíbrio e caiu com a barriga no chão. Ao ser levada ao hospital, foi constatado que Viviane apresentava lesão leve na face, mas que havia perdido o bebê em decorrência da queda. Considerando o estado gravídico evidente de Viviane, a conduta praticada por Saulo configura o crime de:

- a) lesão corporal seguida de morte;
- b) lesão corporal qualificada pelo aborto;
- c) aborto na modalidade dolo eventual, apenas;
- d) aborto culposo, ficando a lesão corporal absorvida;
- e) lesão corporal leve em concurso formal com aborto na forma culposa.

87. Conforme a Lei n.º 8.072/1990, é considerado hediondo o crime de

- a) favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de mulheres.
- b) infanticídio.
- e) extorsão qualificada por qualquer resultado.
- d) lavagem de dinheiro.
- e) epidemia com resultado morte.

88. No que concerne ao conceito de funcionário público e equiparados, para fins penais (CP, art. 327), é correto afirmar que

- a) a falta de remuneração impede a caracterização do indivíduo como funcionário.
- b) a transitoriedade da função pública afasta a possibilidade de caracterização do indivíduo como funcionário.
- c) aquele que trabalha para empresa prestadora de serviço contratada para a execução de atividade típica da Administração Pública é equiparado a funcionário.
- d) por ausência de expressa previsão legal, aquele que exerce cargo em entidade paraestatal não é considerado funcionário.
- e) o funcionário que trabalha em função de direção em fundação instituída pelo poder público, ao cometer crime contra a Administração, terá a pena aumentada de metade.

89. Carlos, servidor público municipal, negou-se, após sua função ter sido alterada, a devolver um notebook do município que lhe fora cedido em razão de seu cargo para realização de serviços que não mais faria para a prefeitura. Na delegacia, Carlos informou falsamente à autoridade policial que o aparelho havia sido furtado por alguém desconhecido. Durante a investigação policial, verificou-se que o notebook era utilizado, na realidade, pela filha do servidor, para fins particulares

Considerando-se essa situação hipotética, a legislação penal vigente e o entendimento sumulado do STJ, é correto afirmar que Carlos responderá por

- a) peculato-furto e denúncia caluniosa.
- b) peculato-desvio e falsa comunicação de crime.
- c) peculato mediante erro de outrem e denúncia caluniosa.
- d) fraude processual e falsa comunicação de crime
- e) favorecimento real e fraude processual.

90. Segundo os dispositivos da Lei nº 13.869/2019, que define os crimes de abuso de autoridade, acerca dos efeitos da condenação e das penas restritivas de direitos, assinale a afirmativa correta.

- a) As penas restritivas de direitos podem ser aplicadas autônoma ou cumulativamente.
- b) Deve o Juiz, a requerimento do ofendido, fixar na sentença o valor máximo para reparação dos danos causados pelo crime, considerando o caráter punitivo da obrigação de indenizar.
- c) A perda do cargo, do mandato ou da função pública decorre automaticamente da condenação por crime de abuso de autoridade.
- d) Em caso de reincidência em crime de abuso de autoridade, é prevista pena de inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de 2 (dois) a 8 (oito) anos.
- e) O sujeito ativo do crime de abuso de autoridade poderá ser condenado à pena restritiva de direitos cumulada com a privativa de liberdade.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

91. Dentre as afirmativas a seguir, marque a única que traz um princípio que não possui previsão expressa na Constituição Federal.

- a) Princípio do contraditório e ampla defesa.
- b) Princípio da não autoacusação (ou *nemo tenetur se detegere*).
- c) Princípio do juiz natural.
- d) Princípio da motivação das decisões.
- e) Princípio da duração razoável do processo.

92. Acerca das disposições preliminares do Código de Processo Penal, analise os itens a seguir.

- I. O Brasil adota, em relação à aplicação da lei processual penal no tempo, o sistema da unidade processual.
- II. Normas processuais materiais (mistas ou híbridas) são aquelas que cuidam apenas de procedimentos, atos processuais, técnicas do processo.
- III. A lei processual penal admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito.

Está correto apenas o disposto em:

- a) I, II e III.
- b) I e II.
- c) apenas I e III.
- d) Apenas II e III.
- e) Nenhuma das assertivas.

93. Quando a autoridade policial toma conhecimento da infração penal através de um expediente escrito, é chamada de:

- a) *Notitia criminis* mediata.
- b) *Notitia criminis* de cognição coercitiva.
- c) *Notitia criminis* inqualificada.
- d) *Notitia criminis* apócrifa.
- e) *Notitia criminis* imediata.

94. Na data de 20/02/2022, José foi vítima do crime de calúnia. Contudo, antes de ajuizar a ação contra o autor, veio a falecer no dia 25/07/2021. José possuía apenas um filho, de um relacionamento anterior, chamado Luiz, maior e capaz. Ademais, José vivia em união estável reconhecida com Maria e era filho único, possuindo como parente próximo seu pai, Antônio. Nessa situação hipotética, o ajuizamento de ação pelo crime de difamação:

- a) poderá ser promovida pelo Ministério Público.
- b) somente ser promovida por Antônio.
- c) não poderá ser realizada por ninguém, tendo em vista o falecimento de José.
- d) poderá ser promovida por Maria, a qual terá prioridade entre o Antônio e Luiz.
- e) poderá ser promovida por Luiz, o qual terá prioridade entre o Antônio e Maria.

95. A respeito dos sujeitos do processo, assinale a assertiva correta.

- a) A suspeição poderá ser declarada e reconhecida, quando a parte injuriar o juiz ou de propósito der motivo para criá-la.
- b) O corréu no mesmo processo poderá intervir como assistente do Ministério Público.
- c) a suspeição será declarada e reconhecida quando a parte injuriar o juiz ou de propósito der motivo para criá-la.
- d) Para os peritos apenas será aplicada a hipótese de suspeição de vedação de ser sócio, acionista ou administrados de sociedade interessada no processo, não se estendendo as demais hipóteses de suspeição aplicada aos juízes.
- e) Não poderá ser realizada a condução coercitiva do acusado para o interrogatório.

96. De acordo o Código de Processo Penal, o acusado preso será citado

- a) através de seu defensor constituído.
- b) por meio de citação por edital
- c) pessoalmente.
- d) através de citação por hora certa.
- e) por meio do diretor do estabelecimento prisional.

97. Monica estava em frente ao banco, aguardando seu marido, ocasião em que sua bolsa foi subtraída por Joe. Após Joe subtrair o bem, Policiais que estavam passando pelo local, avistaram a situação e o prenderam em flagrante. Considerando a situação hipotética, trata-se de flagrante:

- a) Imperfeito.
- b) Preparado.
- c) Diferido.
- d) Real.
- e) Ficto.

98. Segundo o Código de Processo Penal, da decisão que recusar homologação à proposta de acordo de não persecução penal:

- a) caberá apelação.
- b) não caberá recurso.
- c) caberá mandado de segurança.
- d) caberá remessa dos autos ao órgão superior do membro do Ministério Público.
- e) caberá recurso em sentido estrito.

99. Em relação ao *habeas corpus* e seu processo, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Os juízes e os tribunais têm competência para expedir de ofício ordem de *habeas corpus*, quando no curso de processo verificarem que alguém sofre ou está na iminência de sofrer coação ilegal.
- b) Cabe *habeas corpus* quando já extinta a pena privativa de liberdade.
- c) A concessão do *habeas corpus* não obstará, nem porá termo ao processo, desde que este não esteja em conflito com os fundamentos daquela.
- d) Não cabe *habeas corpus* quando já extinta a pena privativa de liberdade.
- e) Se a ordem de *habeas corpus* for concedida para evitar ameaça de violência ou coação ilegal, dar-se-á ao paciente salvo-conduto assinado pelo juiz.

100. Segundo a Lei nº 9.099/95 que dispõe sobre os Juizados Especiais Criminais, da decisão que recebe a denúncia ou queixa:

- a) caberá mandado de Segurança.
- b) caberá embargos Infringentes.
- c) não será cabível recurso.
- d) caberá recurso em sentido estrito.
- e) caberá apelação.

Preencha seu gabarito

<https://bit.ly/Simulado-TJ-PI-07-08>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>